

agradável maneira de se ler e a mais segura de conservar um texto. Obviamente, a internet é uma ferramenta de difusão científica fantástica e, em breve, também disponibilizaremos todo o conteúdo da Dia-Logos através do site do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. Portanto, enquanto não inventam algo melhor, não abrimos mão de imprimir anualmente esse periódico, difusor da produção dos novos pesquisadores, e distribuí-lo entre os principais programas de pós-graduação em História do país. Esperamos que apreciem a revista e agradecemos a todos que ajudaram, mais uma vez, a contribuir com a divulgação científica no Brasil através da revista Dia-Logos.

Conselho Editorial

A caserna faz história: a memória militar sobre a “revolução democrática de 1964” e seu poder (1988-2004)

Adelaide Cristina Brandão Baroni*

Minha pesquisa se propõe a realizar uma análise do periódico do Exército *A Defesa Nacional*, entre o período de 1988-2004, priorizando os artigos referentes ao golpe civil-militar de 1964 e a ditadura. Acrescentamos que a formulação do artigo está inserida na proposta de aprofundar os debates acerca do tema e não em fornecer explicações conclusivas.

Nosso objetivo é examinar o periódico como instrumento de comunicação atrelado a um seletivo grupo de militares, estabelecendo sua relação com a formação de uma racionalidade presente nestes setores da corporação. Esta racionalidade implica na formação de um modelo interpretativo da própria realidade e supõe não apenas o local ocupado por estes militares na sociedade, mas também seu projeto de atuação sobre a realidade. Colocaremos em perspectiva, através da análise dos artigos, a memória construída sobre a “revolução de 1964” e as posturas políticas formuladas após a *abertura*.

Compreendendo a memória como uma das dimensões da prática social, defenderemos que importantes setores do Exército estão envolvidos na construção e difusão de uma memória legitimadora em relação ao golpe de 1964. No caso brasileiro, a história da ditadura torna-se extremamente relevante na medida em que o esquecimento, e, principalmente, as formas múltiplas e conflitantes de rememoração e utilização do passado têm sido empregados. Para alguns responsáveis pela ditadura e condutores da transição, esta história vem servindo de instrumento legitimador, em nome de uma suposta unidade nacional, diluindo a memória dos *anos de chumbo*.

Passados mais de 40 anos, 31 de março de 1964 continua sendo comemorado por militares e civis que participaram do golpe de Estado que derrubou o governo constitucional de João Goulart e bloqueou as reformas sociais e econômicas reivindicadas por amplos setores da sociedade brasileira¹.

As informações acima podem ser comprovadas através da análise da abundante produção do próprio Exército, como calendários festivos, as chamadas ordem do dia, as publicações de periódicos e de livros, como a coleção em 15 volumes lançada em 2003, **1964: 31 de março - O Movimento Revolucionário e a sua História**: “Na manhã do dia 31 de março de 1964, ocorreu a deflagração de um Movimento Revolucionário que trouxe imenso

alívio a Nação Brasileira, antes ameaçada por um golpe de conspiração comunista, em avançado estado de preparação”².

As Forças Armadas possuem unidades de ensino, centros de pesquisa, centros culturais, clubes, bibliotecas, arquivo histórico e editora. Legalmente instituídos, compõem um quadro amplo de formação profissional e cultural, associados a um eficiente aparato difusor de sua produção, entre eles: periódicos, sites, jornais, palestras e livros oferecidos e cobrados³ dentro da própria instituição.

Esta pesquisa pretende contribuir para a análise contextualizada da produção sistemática de uma memória militar que apaga os vestígios do arbítrio oficial. Propomos analisar através da publicação do periódico *A Defesa Nacional*, a construção de um modelo histórico sobre 1964; as estratégias de consolidação de tal modelo e seu reflexo como condicionante para a elaboração de propostas atuais, ou melhor, como importante referencial para a prática social dos indivíduos envolvidos.

Contexto geral: militares e produção intelectual

A historiografia, embora ainda deficitária quanto aos estudos sobre militares e suas instituições, admite a importância desses atores para a história. Se limitarmos a análise à Proclamação da República, teríamos, inicialmente, a atuação pelo fim do período imperial e, posteriormente, os governos militares; as influências contestatórias de 1922 e 1924 com o movimento tenentista; o reforço a Getúlio Vargas em 1930 e 1937 com a implantação da ditadura do Estado Novo, sua destituição em 1945, sob influência direta de militares; a problemática com a posse de Juscelino Kubitschek, o conturbado período de Jânio Quadros, até João Goulart e a emergência de uma das crises sociais mais profundas da sociedade brasileira; as décadas de ditadura, na qual os militares assumiram o poder político através do golpe de Estado, e a influência da Constituinte durante o período de redemocratização, seriam apenas alguns, talvez os de maior visibilidade.

As instituições militares não atuam apenas na direção da guerra, da imposição da força das armas, mas atuam de maneira sistemática através de processos de formação militar e, principalmente, pela produção e consumo de idéias a partir desses espaços. Esta produção possui inegável influência nos rumos do país:

Precisamos convencer-nos de que esses militares estudam, têm escolas próprias onde pensam e planejam as suas ações de guerra – que é o objetivo de sua profissão –, mas também desenvolvem planos, projetos

para o país que, quando postos em prática, evidentemente atingem a todos.⁴

A formação profissional e cultural não se restringe apenas à necessidade de composição do quadro institucional. Podemos comprovar tal afirmativa com a existência de inúmeros militares que foram ou ainda são engajados politicamente e atuam na esfera política, econômica, social e, cultural com ampla margem de autonomia.

Como afirmam os autores da obra *As Forças Armadas no Brasil*⁵, os debates sobre o papel legal e profissional dos militares ainda são insuficientes; demonstração disto é a imprecisão constitucional acerca da margem de sua atuação, que cede espaço para vastas e fluidas interpretações. É importante notar que tais autores não se restringem ao círculo acadêmico, afirmando que muitos desses problemas de definição encontrados são resquícios da autonomia militar diante do poder civil no período de construção da democracia. Algumas lacunas ainda estão presentes neste debate, mesmo a obra sendo de 1987, em alguns assuntos como a função interna, a função em momentos de paz, o auxílio a forças estaduais e municipais, os limites de sua autonomia e de sua autoridade diante de seu papel profissional enquanto força coercitiva. Estes são temas que devem ser tirados da ótica exclusivamente militar para constituir uma elaboração em plano nacional.

À medida que não se exige uma definição clara do papel das Forças Armadas, estas se apresentarão como porta-voz de uma corporação que se define em relação ao Estado e à sociedade, e não como um serviço público normal, membro de uma equipe governamental. Portanto, funciona como um “Estado dentro do outro”⁶.

A historiografia especializada em estudos militares, mesmo as tendências mais atuais⁷, não pode desconsiderar a corporação que os formou e que foi o espaço social no qual compartilharam grande parte de sua vida. Neste sentido, destacamos a produção e difusão dos conhecimentos militares por periódicos.

Um balanço à respeito das publicações militares poderia gerar uma exaustiva e infundável pesquisa, dada a quantidade de publicações e de organismos que pretendem representar. Faremos, inicialmente, breves comentários sobre as publicações editadas pela Bibliex⁸, embora ainda existam as publicações dos clubes militares, que em grande medida agrupam seus sócios por patente, e também as revistas editadas pelas escolas militares, direcionadas por áreas de conhecimento técnico e científico.

A Bibliex, inicialmente, possuía apenas o caráter de biblioteca. Em 1937, foi transformada em editora. Hoje, acumula, além dessas ocupações, a

organização de atividades culturais ligadas a premiações, exposições, cursos, conferências e intercâmbio no Exército.

A Bibliex edita, nos dias atuais, três revistas quadrimestrais: *Revista do Exército Brasileiro*, fundada em 1882; *A Defesa Nacional*, fundada em 1913 e a *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, fundada mais recentemente para atender às exigências tecnológicas atuais. Outras publicações também editadas são a revista *Verde Oliva* e o *Noticiário do Exército*, ligadas diretamente ao Comandante do Exército e voltadas para a área de comunicação social da força. Algumas características, inclusive citadas por artigos das próprias revistas, afirmam a importância dos periódicos como instrumentos de comunicação interna e de intercâmbio do Exército com os exércitos de outras nações e também com universidades. São publicadas obras de autores nacionais e estrangeiros e, podem ser encontradas através da rede de livrarias do Exército em todo o país, inclusive divulgadas e disponibilizadas para compra através da internet.

Os periódicos possuem um público alvo, normas de publicações, setores internos indicados para a coleta dos artigos, características próprias acerca das prioridades a serem expostas e debatidas. São pensados internamente pela lógica de consolidar um setor de produção voltado para o modo de pensar profissional militar. Não limitam o acesso civil, pelo contrário, os artigos afirmam incessantemente a proposta em atender a este público, com destaque para os que pretendem estudar a história militar, embora a função central do periódico seja consolidar valores educacionais e utilitários para aprimorar a competência e o nível acadêmico de seus componentes.

Pretendemos destinar nossa pesquisa à análise de apenas um desses representantes, a revista *A Defesa Nacional*. Sua seleção, dentre as outras revistas, derivou de seu histórico e levou em consideração os assuntos tratados, como afirma o próprio subtítulo, "*Revista de assuntos militares e estudos de problemas brasileiros*", além de possuir elevado nível de representatividade entre os militares, com destaque para os oficiais.

A possibilidade de compreender as origens e funções da revista *A Defesa Nacional* e sua atual representatividade na ótica militar dependem da compreensão do contexto de sua fundação.

Para estruturar as abordagens subsequentes, compomos um esboço histórico com base em artigos da própria revista, associados às pesquisas de Leila Maria Corrêa Capella⁹ e a de Sergio Murillo Lima da Silva Pinto¹⁰.

A Defesa Nacional: histórico

A fundação da revista *A Defesa Nacional* relaciona-se com os fatos

históricos responsáveis pela modernização do Exército no período republicano. A criação do Estado-Maior do Exército, a Lei do Serviço Militar Obrigatório e a reorganização do ensino militar alterariam significativamente as condições profissionais do Exército.

Tornou-se consagrada em todas as fontes a referência a Hermes da Fonseca, ao Barão do Rio Branco e a Olavo Bilac como os principais norteadores da modernização do Exército nas duas primeiras décadas da República, tendo este último como grande propagandista.

A preocupação com o sentido mais estritamente profissional, como afirma Sergio Murillo, não era recente, constatado já em 1882, através de publicações militares. Entretanto, existiam resistências internas, vindas de alguns oficiais, pois o sentido *bacharelesco* era predominante, reflexo em grande medida da Reforma Benjamin Constant¹¹. Os oficiais também encontravam obstáculos nos círculos políticos, pois acreditavam que os políticos priorizavam interesses particulares em detrimento dos interesses da nação, não contribuindo para o fortalecimento do Exército.

O processo de modernização do Exército será organizado e estruturado no contexto histórico no qual destacamos dois pilares: a recém instaurada República — com todas as decepções e perspectivas — e o contexto da Primeira Guerra Mundial.

O advento da República não modificou significativamente as condições do Exército, os problemas dos soldos, do recrutamento, do uso para conter distúrbios internos. A Primeira Guerra Mundial, embora tenha contribuído efetivamente para valorizar as Forças Armadas e colocar em evidência a importância de seu profissionalismo, no caso do Brasil expôs suas deficiências. De certa forma, a guerra revelou as fraquezas nacionais e a existência de exércitos organizados e bem equipados.

Antes do desfecho da guerra, em 1908, Hermes viaja para a Europa na busca de material bélico moderno e de novos conhecimentos técnico-profissionais. Admirador de Bismarck e do Exército Prussiano¹², Hermes estabeleceu contato com a Alemanha, e desta visita selou acordo propondo o aperfeiçoamento de quadros do Exército brasileiro através de estagiários em missão de estudo.

O contato desses estagiários com a prática militar, estratégia, tática, operacionalidade bélica, tornou esses jovens oficiais conhecedores das mais modernas técnicas militares. Outra mudança significativa foi o contato com a literatura européia sobre a formação militar para a guerra e a função profissional do militar, com destaque para o histórico posicionamento do exército alemão na formação da nação. Esses militares garantiriam grande impulso ao processo de modernização do Exército através da reprodução no

exército alemão na formação da nação. Esses militares garantiriam grande impulso ao processo de modernização do Exército através da reprodução no Brasil de seu aprendizado. O autor José Murilo de Carvalho¹³ afirma que a medida de maior impacto de Hermes da Fonseca para o treinamento de oficiais, sugerida também pelo Ministro Rio Branco, foi o envio de tropas para servirem arregimentadas no Exército alemão.

Os estagiários, embora em pequeno número e em alguns casos com grandes dificuldades acerca do entendimento do idioma, são ainda hoje exaltados pelo Exército como fonte inaugural do processo de modernização. A *bandeira de luta* desses jovens oficiais foi a difusão de seu aprendizado através do contato direto com as tropas, da atuação na Escola Militar entre 1919-22 e pela fundação da revista *A Defesa Nacional*, esta última servindo de instrumento para veiculação do *pensamento renovador militar*.

Passaremos a utilizar a denominação consagrada historicamente acerca do grupo de jovens oficiais que estagiaram na Alemanha e fundaram a revista, os *jovens turcos*, à semelhança dos reformadores militares da Turquia de Mustafá Kemal. A denominação que a princípio pode ter sido empregada de maneira irônica, ganhou força e, hoje, no Exército é sinônimo de patriotismo e modernização¹⁴. Sua longa permanência no âmbito das publicações foi justificada em alguns de seus artigos pela realidade encontrada no Exército, relatando as precárias condições de armamento, alojamento, soldos, seleção de membros e promoções, o que garantia a identidade entre parcela significativa da corporação. Ganhou fôlego o sentido de expor as condições do Exército na proposta de atrair melhorias, característica ainda presente na publicação, assim como o seu envolvimento com questões nacionais de política e economia.

A revista, fundada em 1913, foi organizada pelo último grupo enviado para o estágio na Alemanha, entre eles: Bertholdo Klinge, Euclides de Oliveira Figueiredo e Estevão Leitão de Carvalho, além de alguns militares que embora não tenham feito parte do estágio compartilhavam de seus ideais. Sua organização legal é a *Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"*, pessoa jurídica e de direito privado. Os motivos de seu afastamento no âmbito legal do seio militar podem estar ligados a divergências entre *modernizadores* e *conservadores*. A exemplo dessas divergências estão as punições sofridas por alguns de seus redatores, como a prisão de Bertholdo Klinger, após fazer críticas acerca da conduta de alguns oficiais.

O periódico, no presente momento, faz parte do grupo de publicações da Bibliex. Os dados de sua tiragem são incertos, estão contabilizados em três mil exemplares por edição no ano de 2006. Sua periodicidade foi alterada algumas vezes, sendo de 1913-1963 — Mensal, com alguns casos de

periodicidade bimestral; 1964-1989 — Bimestral, 1990-1999; — Trimestral; e de 2000-2007 — Quadrimestral. Inicialmente financiada por seus sócios e por propagandas veiculadas em suas páginas — companhias aéreas, produtos industriais, bancos —, hoje, seu financiamento faz parte do orçamento do próprio Exército. Embora continuem com as vendas e as assinaturas, os cartazes de propaganda não integram mais a sua composição.

A pesquisa realizada por Leila Capella¹⁵ a respeito do grupo *jovens turcos* corrobora nossas considerações na tentativa de ampliar o foco da atuação militar na construção de um projeto de nação e de Exército. A pesquisa intitulada *Militares e organização nacional: os jovens turcos*, confirma a fragilidade da tese que defende o "apolitismo" de seus representantes, pois os *jovens turcos* compreendiam que o destino do Exército estava relacionado diretamente à questão nacional e a ausência de força política comprometeria a conquista de melhores condições. A revista *A Defesa Nacional*, como instrumento de reprodução do *pensamento militar renovador*, confirma desde sua fundação até os tempos de hoje a preocupação em formular questões acerca da nação, do Exército e do papel que essa força militar deve desempenhar na sociedade. A recuperação deste projeto enquanto dimensão de seu discurso seria tão relevante quanto aquela relativa à modernização: "Para isso, é necessário pensar o Exército, não só como instituição de defesa contra inimigos externos, mas também como uma entre as várias instituições disciplinares que permeiam a sociedade contemporânea"¹⁶.

De acordo com o atual editor¹⁷, a revista *A Defesa Nacional*, possui como público alvo oficiais do Exército. Justificando sua proposta enquanto elemento de divulgação — geral e profissional — para a elevação do padrão intelectual da corporação, valorizando textos complexos.

No momento de sua fundação os redatores eram fixos e, atualmente, a revista é alimentada, em grande medida, pelo sistema de ensino militar. As escolas - ECEME¹⁸ e EsAO¹⁹ - possuem como uma de suas funções fornecer artigos para publicação no periódico. O periódico pretende oferecer uma *leitura própria*, criando uma bibliografia militar, com suas necessidades e características, fazendo do Exército um produtor e difusor de seus ideais²⁰. A Bibliex e o sistema de ensino militar mantêm estreitas relações com o objeto de estudo. Maria Helena Moreira Alves²¹ e Alfred Stepan²² ressaltam a ECEME como "o estabelecimento de mais elevado nível para o adestramento do comando militar"²³. Neste caso, a importância da ECEME como colaboradora e também como público alvo em potencial da revista *A Defesa Nacional*, pode garantir um estudo mais aprofundado das propostas e orientações contidas nos exemplares da revista, além de identificar os atores envolvidos diretamente com a legitimação de um modelo de discurso.

Acreditamos que *A Defesa Nacional*, compõe ainda hoje um mecanismo de difusão de um modelo a ser aplicado na sociedade, ou seja, espaço onde é elaborada e difundida uma concepção de mundo. A revista ainda caracterizada por divulgar estudos sobre estratégia e defesa nacional, não se isenta dos assuntos relativos à política, à economia, aos projetos sociais e culturais, à história, à administração e à organização pública.

A pesquisa propõe a análise do objeto de estudo como representante de uma parcela militar, que formula internamente seu pensamento, forma seus representantes, e possui meios difusores de suas concepções.

A Defesa Nacional: construção de uma memória

A obra de Jacques Le Goff²⁴ é uma referência estratégica na construção de nossa proposta de análise da memória militar. O autor afirma ser indiscutível a renovação da história no século XX, o prolongamento de seu horizonte e de suas ambições como construtora de conhecimento. A luta contra a história tradicional ou positivista do século XIX seria o fator aglutinador de historiadores de diversas tendências. Nesta luta estaria evidenciada a recusa desses historiadores em: utilizar apenas documentos oficiais e escritos como fonte histórica; narrar factualmente a história, privilegiar personalidades e o Estado, ou melhor, uma nítida recusa em elaborar análises simplistas, lineares e socialmente excludentes da história.

Algumas declarações de Le Goff serão fundamentais para o desenvolvimento de nossa perspectiva histórica: I - a ênfase na *volta*, esta no sentido de retorno renovado, da história política, na busca por uma história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, mas, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário; II - interdisciplinaridade e III - a revolução documental, que compõe uma nova concepção do documento e da crítica que dele deve ser feita.

Ao longo da pesquisa, os exemplares do periódico *A Defesa Nacional* revelaram-se uma excelente fonte para compreendermos a memória militar sobre o período da ditadura e, principalmente, como os militares pretendem que a história seja contada. A proposta para este artigo, visto que, a pesquisa encontra-se em andamento, é demonstrar não os resultados finais, mas sim, perspectivas e possibilidades de trabalho com o tema.

Analizamos ao longo da pesquisa com o periódico, as datas comemorativas, a exaltação de personalidades, festividades, normas de publicação e de setores educacionais, mecanismos constantemente utilizados para o estabelecimento de laços de identidade e de conduta. Associados à identificação dos atores sociais envolvidos na produção e veiculação do

periódico e o campo social de sua produção.

Seguindo, em grande medida, as indicações de Maurice Halbwachs²⁵, enfatizamos a influência de inúmeros pontos de referência que estruturam a memória. A contribuição deste autor para o campo dos estudos sobre memória é primordial, afirmando ser a memória seletiva e inserida no campo social, ou seja, contextualizada, caracterizações fundamentais para a compreensão da construção da memória militar.

Os artigos do periódico denominam o golpe como *Revolução*, *Revolução Democrática* ou *Movimento cívico-militar*, pois consideram que *golpe* seria pejorativo e não estaria de acordo com as motivações de seus seguidores, desta forma, declaram ser um movimento não apenas apoiado, mas solicitado pela nação *assombrada* pela desordem e pelo comunismo. Neste sentido, os benefícios almejados legitimariam a categoria de *revolução*, a busca pela reorganização da nação, do bem estar, da ordem, da lei e da justiça, imperativos para a defesa da *tradição democrática nacional*, assuntos esses recorrentes nos artigos. Estas formulações explicam e legitimam no presente a atuação da corporação no passado, inserindo a ação militar apenas como benéfica no contexto social do passado e do presente.

Possivelmente uma das problemáticas em utilizar apenas as abordagens de Maurice Halbwachs seja a sua ênfase no caráter de formação de identidade e de afetividade, não incorporando em sua abordagem o que será destaque nos estudos de Michael Pollak²⁶. Este autor corrobora, em grande medida, com as afirmativas de Maurice Halbwachs. Porém, além da concepção social e identitária exercida pela memória, o autor contribui categoricamente para inseri-la no campo das disputas e dos conflitos políticos que perpassam a dimensão da memória.

Michael Pollak²⁷ afirma que, em muitos casos, para se manter a coesão e o sentimento de pertencimento a um grupo ou instituição socialmente inseridos são criados mecanismos de controle e organização que o autor chama de *trabalho de enquadramento*, que seria uma tentativa de compor um sistema coerente, coeso e delimitado de representações. Este *trabalho de enquadramento* possui, em muitos casos, profissionais especializados em garantir o controle sobre a conduta de construção da memória, tentando, se sobrepor a outras possíveis formulações, como seria o caso da constituição da memória nacional. Embora este *trabalho de enquadramento* não seja o único fator aglutinador, é certamente um importante mantenedor da unidade e da identidade social de um grupo ou instituição.

De maneira geral, os artigos do periódico *A Defesa Nacional* são escritos por militares, em grande medida, oficiais de alta patente, entre eles, historiadores e cientistas sociais. Os artigos publicados constroem um histórico

uniforme acerca da implantação do regime ditatorial de 1964, sendo o governo de Goulart responsável, desde 1961, em promover a desordem, explorar a demagogia e incapaz de governar satisfatoriamente. A presença de lideranças e organizações atuantes no cenário nacional identificadas com a esquerda — Brizola, Miguel Arraes, Ligas Camponesas — seria a expressão máxima do sentimento *apátrida e intransigente* do próprio governo, que teria ultrapassado os *limites da tolerância*²⁸ em favor de uma *revolução sindicalista-marxista*. Em artigo publicado pela revista, afirmam que a *revolução cívico-militar de 1964* se dispunha a “preparar os homens de amanhã para o exercício da democracia”²⁹.

Pesquisas historiográficas demonstram que desde os primeiros dias de abril de 1964 já eram evidentes as cassações, os inúmeros militares reformados, as prisões, suspensão de direitos políticos, seguindo um modelo político altamente arbitrário. Porém, foi no final da década de 1960 o período de maior impacto da política repressiva. Os artigos da revista *A Defesa Nacional*, não economizam esforços para justificá-los. Nos exemplares de 2004 são relacionados os crimes cometidos pela *esquerda terrorista*, denominada como: *insaciável sanha criminosa vermelha*³⁰, entre eles assassinatos, seqüestros, justicamentos e assaltos. Não foram encontradas afirmações descritivas sobre as atitudes militares nos casos de atuação *terrorista* da esquerda, porém foi publicado:

[...] para a infelicidade do Brasil, elementos de esquerda, apátridas ligados a movimentos alienígenas de diferentes linhas marxistas, voltaram-se para a violência armada e não permitiram que fossem experimentados o Proterra e, muito menos, a excelente Constituição de 1967. Pela atuação desse foi tentada, pela terceira vez, a tomada do poder. Eles levaram a nação a um infeliz e longo atraso democrático³¹.

Neste caso, a interpretação dos fatos inverte o sujeito da ação. O “atraso democrático” seria observado como uma ação da *esquerda* e não como uma determinação dos próprios militares, transferindo a responsabilidade social e política do ato a outros indivíduos da cena política do período.

Alguns artigos do periódico apresentam a instalação do então *Supremo Comando da Revolução*, como um momento bastante pacífico, assegurado pela coesão/organização militar, apoiado pela imprensa, Igreja e pela maior parte da população. Além dos debates sobre a saída de Goulart, alguns artigos afirmaram que as propostas de Reformas de Base eram justificativas para um suposto golpe de inspiração comunista:

O anseio de reversão do quadro era generalizado e a esperança voltou-

se naturalmente para as únicas instituições que ainda guardavam os princípios de autoridade, a coesão interna e a capacidade de agir com firmeza e serenidade: A Igreja Católica e as Forças Armadas³².

O estabelecimento do governo militar, através dos artigos do periódico, responderia a uma aspiração nacional, inspirado nos ideais democráticos e patrióticos. Tal governo seria responsável pela consolidação de um período de recuperação econômica, restauração da ordem, combate à corrupção, promoção de uma política exterior coerente, corajosa e soberana, na qual o modelo atual herdou considerável desenvolvimento.

O movimento cívico-militar de 31 de março de 1964, abortou a possibilidade de um golpe... Após uma rápida fase punitiva, abriu caminho para uma verdadeira Revolução nas áreas sociais, política e econômica, que produziu, no período de vinte anos, um extraordinário desenvolvimento do Brasil³³.

O passado apresentado nesses moldes expressa a manutenção de justificativas ideológicas que regeram o movimento golpista de 1964. Seus autores assumem posturas contrárias ao modelo democrático, inclusive fazendo referência à *abominável* presença no poder público de indivíduos identificados com a *esquerda terrorista*. Desta forma, uma parcela das Forças Armadas ainda considera 1964 um ato *salvacionista* e de excelência patriótica, afirmando para seus colaboradores que: “nada têm a se envergonhar ou a temer pelo que fizeram, pois estavam mais de passo certo do que errado”³⁴.

Neste caso, as contribuições de Andreas Huysssem³⁵ se fazem altamente relevantes. O autor trabalha na vertente de Michael Pollak quando demonstra a percepção da existência de um viés instrumental da memória, determinado por fatores políticos e conjunturais do presente, mas se destaca com propostas de não só priorizar a função do esquecimento no campo de construção da memória, mas na elaboração de formas de esquecimento. Na proposta de evitar análises simplistas e dicotômicas entre o lembrar e o esquecer, o autor propõe algumas categorias de esquecimento, entre elas: silêncio, ausência de comunicação, desarticulação, evasão, apagamento, repressão, erosão, entre outras. Huysssem afirma que estas dimensões do esquecimento revelam um espectro de estratégias tão complexas quanto as da memória. Utilizaremos em nossa análise o esquecimento que o autor denomina *esquecimento público*. Em nossa abordagem será esquecimento público *institucional*, constitutivo de um discurso de memória politicamente desejável.

Acreditamos que estamos diante do que Michael Pollak denominou

como construção da “imagem de si, para si e para os outros”³⁶. Não podemos perder de vista que os debates acadêmicos e sociais afetaram, ao longo de mais de 40 anos, diretamente a honra e a legitimidade da atuação militar. Neste caso, seria fundamental a formulação de uma memória saudosista para a defesa do grupo, de sua autoridade e de sua imagem diante da sociedade. Acreditamos que fundamentalmente a formulação de um legado heróico e legítimo de participação no cenário nacional, como no caso do golpe de 1964, seria um importante fator de manutenção da corporação e de seus integrantes, ainda hoje, envolvidos em assuntos de ordem política e social no âmbito nacional.

A pesquisa demonstra a existência de um grupo de militares do Exército, que formula e divulga suas concepções através de importantes mecanismos de educação e de comunicação da corporação. Através da pesquisa foi possível articular no campo da construção da memória a perspectiva de conservação do teor autoritário do discurso proferido em 1964 e utilizado por esses militares, permanecendo enquanto categoria interpretativa da nação. Acreditamos que “pensar o golpe e sua memória implica necessariamente em tomar partido nas querelas do presente”³⁷, pois após mais de quarenta anos, o golpe pode ser analisado como um capítulo histórico que ainda não se concluiu. Apesar das profundas transformações vividas pela sociedade brasileira, algumas questões que estiveram presentes na década de 1960 continuam atuais: o papel do Estado, o controle de setores sociais contestatórios, o papel das Forças Armadas na sociedade e a própria construção da memória, que atualmente está no campo das disputas sociais.

Notas e Referências

* MESTRANDA – UFRI, e-mail: adelaidebaroni@ibest.com.br. A exposição a seguir é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Especialização em História do Brasil Contemporâneo. O trabalho, concluído em 2007, na Universidade Federal Fluminense, foi aprovado como projeto de pesquisa na seleção de mestrado 2008 da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ TOLEDO, Caio Navarro. “Espectros de 1964”. Artigo publicado em abril de 2006. Disponível em: www.acesa.com/gramsci_www.espacoacademico.com.br, acesso: 02 de março de 2007.

² MOTTA, Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército. 1964 - 31 de março: o Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo I. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

³ A exemplo de cobrança interna, a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) compõe parte de seu processo seletivo tendo como base os conteúdos da revista *A Defesa Nacional*. Informação coletada em entrevista com o atual editor da Revista.

⁴ TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1987, p. 4.

⁵ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. CAVAGNARI, Geraldo L. MORAES, João Quartim de. DREIFUSS, René. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

⁶ Idem. *Ibidem*, 1987, p. 51-52.

⁷ Podemos citar enquanto representante desta tendência a obra de Celso Castro, *Nova História*

Militar Brasileira, em que predominam abordagens de história social e cultural.

⁸ A Bibliex atua como biblioteca, editora e organizadora de eventos culturais e acadêmicos no Exército.

⁹ CAPELLA, Leila Maria Corrêa. “Militares e organização nacional: os jovens turcos”. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice, 1988.

¹⁰ PINTO, Sergio Murillo Lima da Silva. *Exército e Política: um século de pensamento e ação rumo a intervenção centralizada (1831-1937)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Doutor.

¹¹ Reforma do ensino militar que consagra a visão positivista.

¹² CARVALHO, L. P. Macedo. “Hermes – o pai do Exército moderno”. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1999, mai/ago, p.73-83; p. 80.

¹³ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar. 2005, p. 139.

¹⁴ ALMEIDA, Elias de Oliveira. “Os jovens turcos e sua importância para o impulso da profissionalização do Exército brasileiro”. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1988, set/out, p.17-23.

¹⁵ CAPELLA, Leila Maria Corrêa. “Militares e organização nacional: os “jovens turcos”. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice, 1988.

¹⁶ Idem. *Ibidem*, 1988

¹⁷ Em entrevista realizada pela autora.

¹⁸ Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

¹⁹ Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

²⁰ Algumas afirmações acerca dos mecanismos de publicação e do modelo ao qual a revista *A Defesa Nacional* propõe representar, fazem parte da entrevista com o atual editor.

²¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes. 1984.

²² STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²³ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., 1984, p. 34.

²⁴ LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

²⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

²⁶ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

²⁷ Idem. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

²⁸ LIMA, Helio Ibiapina. “O movimento cívico-militar de 31 de março de 1964”. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004, jan/abr, p.77-84.

²⁹ MATTOS, Carlos de Meira. “O ideário cívico-militar de 31 de março de 1964”. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004, mai/ago, p. 76-80. Seção: Registros Históricos.

³⁰ CARVALHO, L. P. Macedo. “Quarenta anos depois”. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004, mai/ago, p. 84-86. Seção: Registros Históricos.

³¹ LIMA, Helio Ibiapina. “O movimento cívico-militar de 31 de março de 1964”. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004, jan/abr, p.77-84.

³² COUTINHAO, Sérgio A. de A. “O Tentame comunista de 1961-1964”. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004, jan/abr, p. 71-76.

³³ LIMA, Helio Ibiapina. Op. cit., 2004, jan/abr, p. 77-84.

³⁴ CARVALHO, L. P. Macedo. Op. cit., 2004, mai/ago, pp. 84-86. Seção: Registros Históricos.

³⁵ HUYSEM, Andreas. “Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público”.

Intercom – Porto Alegre, 2004.

³⁶ POLLAK, Michael. Op. cit., vol 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³⁷ FREDERICO, Celso. "40 anos depois". In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar*. São Paulo: Edusc, 2004.

Usos políticos de "Jacobinos": Análise contextual de um conceito

Amanda Muzzi Gomes*

Jacobino é o termo de que se valem á guisa de baldão todos os inimigos da Pátria, todos os abutres carniceiros [...] para deprimir os que commettem o grande crime de trabalhar com amor e fé na obra santa da nossa regeneração social, para enxovalhar os que almejam a glorificação da nossa nacionalidade e a consolidação da forma de governo inaugurada a 15 de Novembro. [...]. Malevolamente deram a esses patriotas o nome de jacobinos, procurando assim os inimigos aproximal-o do partido de igual nome que out'ora existio em França, sem curar da propriedade histórica do termo, nem do antagonismo de suas respectivas doutrinas, pois era de conveniência desprestigiar-se a briosidade que levou a effeito uma das mais gloriosas resistências [...]. E a intenção estigmativa do termo ainda perdura e, generalizando-se, vae apanhar até os mais moderados espiritos, desde que estes se apliquem bem estar social e mastrem estimar a República'.

Este artigo analisa os significados conceituais conferidos ao termo *jacobinos*, especialmente durante a vigência do jacobinismo no Brasil, entre 1893 e 1897. Paralelamente, abordamos de modo sucinto o próprio ativismo político dos jacobinos na capital federal. Em termos metodológicos, trata-se de aglutinar a análise conceitual ao enfoque performático.

O vocábulo *Jacobin*, oriundo do latim *Jacobus*, inicialmente foi utilizado, pelo menos, desde o século XIII na França em referência a frades dominicanos. Estes religiosos eram assim chamados porque o primeiro convento que eles possuíram em Paris se estabeleceu em um hospício chamado Saint Jacques, destinado ao albergue de peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostella.

Por seu lado, os primeiros agentes políticos assim denominados foram os membros do chamado "Clube dos Jacobinos". Originalmente o clube era bretão, formado, entre maio e junho de 1889, por deputados do Terceiro Estado, intitulado, enquanto durou a monarquia constituinte, de "Sociedade dos Amigos da Constituição". Mas de Versalhes o clube bretão passou para Paris em outubro de 1789, já após a eclosão da Revolução Francesa, cuja sede funcionava em um dos conventos dos dominicanos jacobinos, o da Rue Saint-Honoré. Por este motivo foi lhe atribuído o nome de "Clube dos Jacobinos", com o qual passou à história².

Constituído inicialmente como uma associação moderada e elitista, até porque exigia de seus sócios cotas muito elevadas, o 'Clube dos Jacobinos' sob a influência de Robespierre e Pétion acabou se tornando extremista.